

IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA

## Edital 12/2026

### Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2026	114601-IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA	ROGERIO ARAUJO DA SILVA	27/05/2026 08:20 (v 0.4)
Status			
CONCLUIDO			

### Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	37/2026	03602.000221/2025-53

### IBGE

# PREGÃO ELETRÔNICO

90.009/2026

### CONTRATANTE (UASG)

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE (114601)

### OBJETO

Contratação de serviços contínuos de outsourcing de impressão para grandes formatos sem franquia mínima (formato híbrido)

### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 215.355,16 (duzentos e quinze mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **15/06/2026** às **10 horas** (horário de Brasília)

## Critério de Julgamento:

menor preço por grupo

## Modo de disputa:

aberto e fechado

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

**SIM**

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

**NÃO**

### 1. DO OBJETO

**FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.009/2026**

(Processo Administrativo nº 03602.000221/2025-53)

Torna-se público que a FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, por meio da Gerência de Materiais e Serviços, subordinada à Coordenação de Recursos Materiais - Diretoria Executiva, sediada à Avenida Franklin Roosevelt, 166, Centro, Rio de Janeiro/RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é serviços contínuos de outsourcing de impressão para grandes formatos sem franquia mínima (formato híbrido), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 2 (dois) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. Em caso de eventual discordância existente entre as especificações descritas no sistema de Catálogo CATMAT /CATSER do Compras.gov e as especificações constantes nos anexos deste Edital, prevalecerão as últimas.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O presente certame não será realizado pelo sistema de registro de preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para os itens **01 e 02**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo de real).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.



7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.21.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. empresas brasileiras;

7.22.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. O Pregoeiro de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.16. O Pregoeiro de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. O presente certame não será realizado pelo sistema de registro de preços.

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. Não se aplica

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.9. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por solicitação via e-mail [licitacoes@ibge.gov.br](mailto:licitacoes@ibge.gov.br).

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e

intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: e-mail [licitacoes@ibge.gov.br](mailto:licitacoes@ibge.gov.br).

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/licitacoes-e-contratos.html>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.2. Anexo II – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.3. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.4. Anexo IV – Modelo de Proposta.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CLAUDIA GOULART DE SIQUEIRA**

Pregoeiro

IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA

Termo de Referência 227/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
227/2025	114601-IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA	ALEXANDRE JOSE ALMEIDA TEIXEIRA	15/05/2026 16:20 (v 0.9)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		03602.000221/2025-53

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 03602.000221/2025-53)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços contínuos de outsourcing de impressão para grandes formatos sem franquia mínima (formato híbrido), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Prestação de serviços contínuos de outsourcing de impressão para grandes formatos (A0, A1 e A3) sem franquia mínima (formato híbrido) - envolvendo equipamento (plotter para grandes formatos A0,A1 e A3) e suprimentos, exceto papel.	26832	Unidade	60	R\$ 1.827,07	R\$ 109.624,39

	2	M² de impressão colorida	26875	M²	6900	R\$ 15.32	R\$ 105.730,77
--	---	--------------------------	-------	----	------	-----------	----------------

1.1.1. Os custos unitários e totais da contratação, constantes na tabela 1.1, são resultado da pesquisa de preço, realizada de acordo com as disposições da IN SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021 bem como com as condições, com as especificações e com as quantidades estabelecidas neste instrumento e no Estudo técnico Preliminar, anexada ao processo de contratação.

#### **Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

#### **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.3 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que atende necessidade permanente das áreas envolvidas com a produção de informação geocientífica da Diretoria de Geociências de impressão em grandes formatos para testes, correção e aprimoramento dos produtos gráficos, visando o aperfeiçoamento do processo produtivo, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a redução nos custos administrativos e o aumento da eficiência com a diminuição dos processos de contratações, assegurados pelo ateste em cada exercício financeiro da vantagem na manutenção da contratação, conforme determina o inciso II do Art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Prazo de vigência**

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60(sessenta) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 33787094000140-0-000019/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 06/05/2025;

III) Id do item no PCA: 48;

IV) Classe/Grupo: 732 - SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS;

V) Identificador da Futura Contratação: 114601-37/2026;

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que possuam a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 304, de 2023 ou que possuam comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética equivalente;;

4.1.2. A logística reversa é de responsabilidade da contratada, devendo ela obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive de restos de toner, cartuchos e embalagens dos produtos utilizados. Dentre as normas da legislação obrigatória a ser seguida, destaca-se: o Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022; e

4.1.3. A empresa contratada deverá fornecer o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ou Declaração de Sustentabilidade Ambiental, comprovando a correta destinação dos cartuchos/toners usados e o pleno atendimento à legislação anteriormente citada

4.1.4. A empresa contratada deve apresentar semestralmente (no máximo), declaração confirmando o recebimento dos cartuchos e toners já utilizados e respectivas embalagens dos equipamentos, para fins de reaproveitamento no ciclo produtivo das próprias empresas, em outros ciclos – como cooperativas de reciclagem ou outra destinação final ambientalmente adequada. A periodicidade desse recolhimento deverá ser acordada com o órgão contratante, de forma a não deixar acumular os materiais utilizados sem serventia nas dependências das instituições públicas.

#### **Subcontratação**

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão do baixo risco da contratação, conforme exposição de motivos que segue:

4.3.1. Não há necessidade de alterações, adequações ou ajustes na estrutura tecnológica atual durante a instalação ou na descontinuidade da solução objeto da contratação, facilitando a substituição da contratada nos casos de inexecução contratual;

4.3.2. A interrupção ou inexecução contratual não impede ou paralisa as atividades da instituição;

4.3.3. Em razão do regime de pagamento mensal que permite controle tempestivo da regularidade da execução contratual através das retenções/glosas nos pagamentos, conforme disposto no item 7.2 deste termo de referência;

4.3.4. Em razão do baixo valor anual da contratação.

#### **Vistoria**

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## **Requisitos de arquitetura tecnológica**

4.5. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica do IBGE.

4.6. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pelo IBGE. Caso não seja autorizada, é vedado à CONTRATADA adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela CONTRATANTE.

## **Requisitos de segurança da informação**

4.7. A CONTRATADA deve tomar conhecimento da Política de Segurança da Informação e Comunicações no IBGE (POSIC) de modo a atuar em concordância com as práticas da Instituição. A POSIC é um documento público que pode ser consultado em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

4.8.. Não será permitida a retirada de qualquer informação ou documento relativo à base de dados de conhecimento existente no IBGE, sob pena de ser considerada quebra de sigilo, com as consequências previstas neste Termo de Referência e no Contrato.

## **Requisitos de garantia e manutenção**

4.9. A contratada deverá prestar serviço de garantia e suporte durante toda a vigência do contrato.

4.10. Todos os componentes dos equipamentos deverão ser cobertos pela manutenção e assistência técnica da CONTRATADA, não sendo imputados à CONTRATANTE quaisquer ônus adicionais.

4.11. A CONTRATADA deverá disponibilizar através das duas formas abaixo para abertura de chamado técnico pela CONTRATANTE.

4.11.1. Através de sistema próprio, de forma eletrônico via internet. O sistema deverá informar o resumo do chamado contendo número, data, hora de abertura e objeto.

4.11.2. Através de telefone 0800, devendo o atendente informar o número do chamado no ato da abertura, e confirmá-lo com repasse ao e-mail ao solicitante.

4.12. O prazo para atendimento e solução do chamado contar-se-á a partir da data e hora de sua abertura;

4.13. O suporte técnico deverá ser prestado On-Site, no local de instalação dos equipamentos/sistemas;

4.14. Compete ao suporte técnico, no mínimo:

4.14.1. Resolver os incidentes reportados pela CONTRATANTE.

4.14.2. Prestar orientações e informações aos usuários quanto à utilização dos equipamentos e seus acessórios.

4.14.3. Prestar manutenção preventiva e corretiva, incluindo a substituição de peças, componentes e equipamentos, de forma a atender as condições de qualidade e eficiência necessárias ao atendimento das exigências previstas nesta especificação.

4.14.4. Instalar, desinstalar e remanejar os equipamentos quando solicitado pela CONTRATANTE.

4.14.5. Alterar as configurações padrões dos equipamentos ou softwares contidos no objeto desta especificação, por solicitação da CONTRATANTE.

4.14.6. Prestar informações técnicas à CONTRATANTE sobre funcionalidades disponíveis nos equipamentos e softwares objeto desta especificação.

4.14.7. Fornecer e homologar os drivers necessários ao correto funcionamento do serviço para os sistemas operacionais utilizados pela CONTRATANTE.

4.14.8. Manter a documentação atualizada dos equipamentos.

4.14.9. Quando solicitada pela CONTRATANTE a CONTRATADA deverá aplicar correções (patches, fixes ou novas versões) para corrigir bugs, problemas de software e aplicar atualizações.

4.14.10. No caso de inviabilidade técnica ou econômica do reparo do equipamento, facultar-se-á à CONTRATADA promover a sua substituição, em caráter definitivo, por outro com as mesmas características técnicas ou superiores e em perfeito estado de funcionamento, sem que isto implique ônus à CONTRATANTE.

4.14.11. O equipamento ofertado em substituição definitiva será admitido após avaliação técnica por representante da CONTRATANTE, quanto às condições de uso e compatibilidade.

4.14.12. No decorrer da vigência do contrato as eventuais alterações nos equipamentos deverão ser atendidas nos seguintes prazos.

4.14.12.1. Para entrega do novo equipamento: máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da assinatura do contrato e instalado 10 dias úteis contados da data da entrega do equipamento. A instalação só será considerada concluída após o correto funcionamento do equipamento na rede da CONTRATANTE, seguindo o processo aprovado de liberação e atualização do item de configuração no software de cadastro. Neste prazo já estão inclusas as tarefas sob responsabilidade da CONTRATANTE.

4.14.12.2. Para retirada: 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da solicitação pela CONTRATADA. A retirada só será considerada concluída após a remoção física do equipamento das dependências da CONTRATANTE, seguindo processo de desinstalação aprovado, e atualização do software de cadastro. Neste prazo já estão inclusas as tarefas sob responsabilidade da CONTRATANTE.

4.14.13. No decorrer da vigência do contrato, a CONTRATANTE poderá solicitar, sem ônus, a realocação de equipamentos e acessórios visando aperfeiçoar processos e adequar os serviços às suas reais necessidades. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para remanejar os equipamentos. A mudança de localização somente será considerada concluída após o correto funcionamento do equipamento no novo local, seguindo o processo aprovado de remanejamento, e atualização do item de configuração no software de cadastro. Neste prazo já estão inclusas as tarefas sob responsabilidade da CONTRATANTE.

4.15. A CONTRATADA deverá executar, com pessoal especializado e de acordo com as boas técnicas, assumindo total responsabilidade, os serviços de instalação, configuração do hardware e do software, providenciando a adequação do ambiente para este fim, sob a orientação de analista técnico especialista em rede do IBGE.

4.16. O repasse de conhecimento ocorrerá através de orientações para uso à equipe técnica da contratante conforme: Utilização e funcionalidades dos equipamentos e programas de monitoramento e gerenciamento, bilhetagem, contabilização, além de pequenas intervenções (substituição de consumíveis, pequenos testes de desempenho,



problemas na alimentação de papel, etc.

4.17. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

4.18. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS IA e IB.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: em até 20(vinte) dias da assinatura do contrato.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. O equipamento deve estar disponível em até 20 dias após assinatura do contrato;

5.1.2.2. O equipamento deve estar instalado em até 10 dias úteis contados da data de entrega do equipamento;

5.1.2.3. A entrega e disponibilidade do equipamento será homologada pelo fiscal técnico em até 10 dias após as devidas instalações;

5.1.2.4. A disponibilidade do equipamento será verificada ao longo do mês;

5.1.2.5. Os valores mensais de locação da plotter serão pagos após encerramento do mês e confirmação da execução de acordo com o estabelecido;

5.1.2.6. A contratada deverá providenciar os relatórios de bilhetagem ao final do mês para conferência do fiscal do contrato.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Estrada do Grotão, 85/ Prédio 1, Horto – Rio de Janeiro/RJ ;

5.2.1. Caso haja mudança no local de prestação de serviço, a contratante avisará a contratada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, para as providências de migração do equipamento.

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: horário comercial das 08:00h às 18:00h, de segunda à sexta-feira (dias úteis)..

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e nas qualidades especificadas conforme estabelecido nos itens 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7 do Estudo técnico preliminar, promovendo sua substituição quando necessário e, ainda, de acordo com os seguintes dispositivos.

5.4.1. Cartucho de impressão. : Mínimo de 4 cartuchos (correspondência aproximada de acordo com cada fabricante: ciano, magenta, amarelo e preto)

5.4.2. Demais suprimentos necessários, exceto papel, para o pleno funcionamento do equipamento.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. 1(uma) Impressora plotter para impressão em grandes formatos (A0, A1 e A3).

5.5.2 Suprimentos, exceto papel.

5.5.3. Suporte técnico remoto e, quando necessário e de acordo com os termos deste instrumento, presencial em horário comercial.

5.5.4. Sistema de contabilização e bilhetagem de impressão.

### **Especificação da garantia do serviço**

5.6. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá disponível para contato telefônico no horário comercial, entre 8h e 18h.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **Gestor do Contrato**

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

- 6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.
- 6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:
- 6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- 6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 7.2.1. não produziu os resultados acordados,
- 7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 7.4.1. A avaliação da execução do objeto utilizará os Níveis Mínimos de Serviço a seguir como substituto ao Instrumento de Medição de Resultado (IMR);

Severidade	Descrição	Prazo máximo de atendimento	Prazo máximo de resolução
1 - Crítica	Situação emergencial ou problema crítico que cause a indisponibilidade de uso do serviço.	Em até 2 (duas) horas úteis.	Em até 24 horas úteis.
2 - Alta	Impacto de alta significância relacionado à utilização do serviço– Causa indisponibilidade de funcionalidade.	Em até 2 (duas) horas úteis.	Em até 36 horas úteis.
3 - Média	Impacto de baixa significância relacionado à utilização do serviço. Não causa indisponibilidade sendo contornável por solução paliativa sem grandes esforços ou retrabalho.	Em até 2 (duas) horas úteis.	Em até 48 horas úteis.

4 - Baixa	Solução de Problemas: Tratamento de situações de Severidade 1, 2 e 3 que possam gerar atividades que demandam maior tempo para solução definitiva, Melhorias que serão tratadas e terão avaliação de viabilidade técnica e prazos negociados, inclusive àquelas que necessariamente envolva Arquitetura e alterações significativas ou até mesmo possam novas releases do fabricante.	Em até 2 (duas) horas úteis.	Em até 72 horas úteis.
-----------	---	------------------------------	------------------------

7.4.2 A tabela abaixo representa os percentuais de atendimento aos chamados esperados e sanções por descumprimento. Todas as sanções referentes aos níveis de serviço estão limitadas ao valor máximo previsto da cláusula sanções administrativas o contrato:

Evento	Índice	Sanção
Atraso da resolução de chamados de severidade 1	Mais do que 5% de chamados atrasaram no mês.	Multa de 0,25% do valor total do contrato.
Atraso da resolução de chamados de severidade 2	Mais do que 10% de chamados atrasaram no mês.	Multa de 0,2% do valor total do contrato.
Atraso da resolução de chamados de severidade 3	Mais do que 15% de chamados atrasaram no mês.	Multa de 0,1% do valor total do contrato.
Atraso da resolução de chamados de severidade 4	Mais do que 25% de chamados atrasaram no mês.	Multa de 0,05% do valor total do contrato.

## Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal .

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice índice nacional de preços ao consumidor amplo - IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 28/01/2026.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice de preços ao consumidor amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Adota-se o IPCA como índice de reajuste por se tratar do indicador oficial de inflação do país, amplamente aceito e divulgado pelo IBGE, capaz de preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao refletir a variação média dos preços na economia.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de Crédito**

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.46.5. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.



## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30(trinta) dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 3% (três por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1,5% (um e meio por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (meio por cento) a 1,5% (um e meio por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO OU , sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2. Como condição para a aceitação da proposta, o licitante vencedor deverá apresentar uma RELAÇÃO DOS BENS DE INFORMÁTICA E/OU AUTOMAÇÃO que pretende utilizar na execução dos serviços, indicando a MARCA e o respectivo FABRICANTE, bem como as comprovações em relação a tais produtos.

9.2.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente ou envie juntamente com sua proposta, sob pena de não aceitação, o documento comprobatório de que os bens de informática e/ou automação a serem utilizados na execução dos serviços atendem aos requisitos de segurança, compatibilidade eletromagnética de que trata a Portaria INMETRO nº 304, de 2023.

### Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário considerando-se que não é possível definir o quantitativo exato de impressões que serão executadas mensalmente. A execução se dará mediante necessidade, com medições periódicas a fim de quantificar os serviços efetivamente executados e os valores devidos.

### Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

9.3.1. valor global: conforme valor estimado da contratação;

9.3.2. custos unitários relevantes: Conforme tabela do item 1.1.

### Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social ~~ou [dos dois últimos exercícios sociais]~~, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

---

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

---

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

---

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do OU valor total estimado da contratação para o período de doze meses – aplicável para o contrato de serviço continuado.

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação ;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso .

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.31.1.1. documento(s) que comprove(m) a experiência mínima de 12 meses do fornecedor na prestação e execução de serviços similares ao objeto da licitação,, através de certidão ou atestado, em períodos sucessivos ou não.

9.31.1.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.31.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.31.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.34. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.39. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.39.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.39.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.39.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.39.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.39.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.39.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.39.6.1. ata de fundação;

9.39.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.39.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.39.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.39.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.39.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.39.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 215.355,16 (duzentos e quinze mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos), conforme custos unitários e totais resultantes de pesquisa de preço, realizada de acordo com as disposições da IN SEGES/ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021 bem como com as condições, com as especificações e com as quantidades estabelecidas neste instrumento e no Estudo técnico Preliminar, anexada ao processo de contratação.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 114601/11301 - IBGE/ADM.CENTRAL/RJ;

II) Fonte de recursos:1000000000;

III) Programa de trabalho: 2224 - Planejamento e Orçamento para o Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo;

IV)Funcional programática: 04.121.2224.20U6.0001 / 04.121.2224.20U7.0001;

V) Elemento de despesa: 33904016; e

VI) . Plano interno: PI GEOCIENCIAS / PI 12CENSOAGRO.

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Não será utilizado o Instrumento substitutivo de contrato, mas o sistema não permite excluir o anexo, sendo assim, o mesmo foi marcado como sigiloso para que fique oculto.]

Não há documentação para anexar

14. ANEXO II

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Não será utilizado o Instrumento substitutivo de contrato, mas o sistema não permite excluir o anexo, sendo assim, o mesmo foi marcado como sigiloso para que fique oculto]

Não há documentação para anexar

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALEXANDRE JOSE ALMEIDA TEIXEIRA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 15/05/2026 às 16:20:17.



IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA

## Estudo Técnico Preliminar 67/2025

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 03602.000221/2025-53

### 2. Descrição da necessidade

O objeto da contratação, outsourcing de impressão para grandes formatos, visa atender a necessidade das coordenações da Diretoria de Geociências (DGC) de impressão, como etapa de testes e revisões, dos documentos gráficos que compõem seus produtos. No contexto produtivo da DGC, um plotter para impressão em grandes formatos é uma ferramenta de análise, correção e aperfeiçoamento de mapas e outros produtos geocientíficos, revelando-se essencial para a eficiência do processo produtivo e para a qualidade das informações disponibilizadas à sociedade, contribuindo com o exercício da missão institucional do IBGE.

Inclui-se, dentre as atribuições da DGC, a produção de informações geocientíficas, em especial produtos gráficos como os mapas. Nas áreas de Cartografia, Geodésia, Geografia, Meio Ambiente e Estruturas Territoriais, o equipamento é necessário, ainda, para impressão de imagens de satélite e outros produtos geocientíficos destinados ao público interno; usuários externos; organizações públicas e privadas; bibliotecas; eventos; visitas técnicas e escolares; material de divulgação de projetos e produtos; dentre outras finalidades. Além disso, algumas equipes técnicas necessitam de material impresso em grande formato para a execução de suas atividades, tais como os testes de simbologia para representação cartográfica, avaliação das cores dos mapas e preparação de material para trabalho de campo.

A qualidade, a tempestividade, a confiabilidade e a produção eficiente das informações geocientíficas são valores essenciais para o cumprimento da missão institucional do IBGE e que guardam sensível relação com a disponibilidade e uso de infraestrutura tecnológica adequada. Posto isso, a correspondente contratação visa colaborar com essa estrutura requerida, através da disponibilização de serviço de impressão em grandes formatos para as atividades e projetos da DGC. A solução objeto da contratação tem sua necessidade e utilidade justificada enquanto instrumento para as etapas de testes e revisões que são fundamentais para inspeção, correção, aperfeiçoamento e detalhamento das representações gráficas que compõem os produtos finalísticos da DGC.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Geociências	Alexandre José Almeida Teixeira

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. Prover solução de impressão em grandes formatos (A0, A1 e A3) para o aprimoramento do processo produtivo das informações geocientíficas da DGC.
- 4.2. Assegurar a disponibilidade da solução de forma eficiente e com economicidade.
- 4.3. Contribuir para cumprimento da missão institucional do IBGE e para o atingimento das metas estratégicas estabelecidas no PDI 2022/2025.

#### Requisitos tecnológicos

#### 4.4. Características exigidas

- Plotter para impressão colorida em grandes formatos (A0, A1, A2, A3 e A4);
- Resolução de impressão colorida até 2400 x 1200 DPI;
- Tensão de entrada (faixa automática): 100-240 V;
- Compatível com arquivos: PDF, JPEG e TIFF;
- Comunicação para impressão: Gigabit Ethernet , USB e Wi-Fi 802.11a/b/g/n;
- Compatibilidade Windows 10 ou superior;
- Software de bilhetagem;
- Espessura máxima da linha mais fina de 0,02 mm com precisão de + /- 0, 1 % ;
- Tamanho do rolo: 369 a 914mm;
- Memória interna de 1GB ou superior;
- Tecnologia: Jato de Tinta;
- Número de cartuchos de impressão: Mínimo de 4 cartuchos (correspondência aproximada de acordo com cada fabricante: ciano, magenta, amarelo e preto);
- Manuseio de papel: Alimentação por folha; alimentação por rolo; bandeja de entrada; bandeja de mídia; cortador automático;
- Tipos de mídias aceitas: Papel fotográfico brilhante, semi-brilho, fosco e comum;
- Tensão de alimentação: 127 e 220 V (bivolt) qualificado pela ENERGY STAR para a redução do consumo de energia;
- Manuais técnicos e outros devem estar disponíveis em meio digital;
- Disco rígido interno (HD): 160 G Bytes ou superior;
- Painel de controle frontal com display de LED.

#### Demais requisitos

4.5. Além dos requisitos de negócio e tecnológicos, a presente sessão destaca aqueles requisitos que devem ser considerados ao longo do planejamento da contratação para assegurar o alcance dos objetivos pretendidos com a aquisição, conforme segue:

4.5.1. Instalação e configuração;

4.5.2. Orientações para uso;

4.5.3. Manutenção e suporte;

4.5.4. Suprimento, exceto papel.

4.5.5. Sistema de contabilização e bilhetagem de impressão que deverá permitir:

4.5.5.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar um sistema informatizado para a contabilização de todos os documentos impressos.

4.5.5.2. As informações de bilhetagem deverão residir no banco de dados e contemplar:

- Usuário que realizou a impressão;
- Impressora utilizada;
- Nome do documento impresso e extensão do arquivo que originou a impressão;
- Diferenciação entre documentos impressos;
- Número de páginas impressas;
- Data e hora da impressão;
- Custo da impressão (em reais);

4.5.5.3. Cancelamentos nas impressões devem ser refletidos nos dados do item acima.

4.5.5.4. Permitir o estabelecimento de cotas limitadoras de utilização do sistema.

4.5.5.5. Permitir o bloqueio de trabalhos com um número de páginas acima de um limite configurável, apresentando um alerta predefinido para o usuário.

4.6. Quanto aos suprimentos de insumos e consumíveis, destaca-se:

4.6.1. A troca / abastecimento de suprimentos em todos os postos de serviço deverá ser proativa, de forma a evitar a paralisação de equipamentos por falta de insumos.

4.7. Os suprimentos a serem fornecidos à CONTRATANTE deverão:

4.7.1. Ser novos e de primeiro uso, não sendo aceitos produtos remanufaturados.

4.7.2. Ser originais e/ou homologados pelos fabricantes dos equipamentos.

4.7.3. Deverá ser mantida no local no mínimo uma unidade extra de suprimento de cada cor para cada equipamento instalado, visando garantir a disponibilidade ininterrupta dos serviços.

4.7.4. Em atendimento às diretrizes da legislação que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a CONTRATANTE exige que a CONTRATADA e os fabricantes dos equipamentos se responsabilizem pelo mecanismo de logística reversa. Este consiste em um conjunto de ações, procedimentos e meios para viabilizar a restituição dos resíduos para a CONTRATADA e, em seguida, para o fabricante.

## **Sustentabilidade**

4.8. Com base em consulta no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (2024), disponível no endereço (<https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2024.pdf>), os requisitos de sustentabilidade são:

4.8.1. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços bens de informática e/ou automação que possuam a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 304, de 2023 ou que possuam comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

4.8.2. A logística reversa é de responsabilidade da contratada, devendo ela obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive de restos de toner, cartuchos e embalagens dos produtos utilizados. Dentre as normas da legislação obrigatória a ser seguida, destaca-se: o Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022.

4.8.3. A empresa contratada deverá fornecer o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ou Declaração de Sustentabilidade Ambiental, comprovando a correta destinação dos cartuchos/toners usados e o pleno atendimento à legislação anteriormente citada.

4.8.4. A empresa contratada deve apresentar semestralmente (no máximo), declaração confirmando o recebimento dos cartuchos e toners já utilizados e respectivas embalagens dos equipamentos, para fins de reaproveitamento no ciclo produtivo das próprias empresas, em outros ciclos – como cooperativas de reciclagem ou outra destinação final ambientalmente adequada. A periodicidade desse recolhimento deverá ser acordada com o órgão contratante, de forma a não deixar acumular os materiais utilizados sem serventia nas dependências das instituições públicas.

4.8.5. Os fabricantes de aparelhos elétricos, eletrônicos ou de equipamentos de informática e comunicações devem estar registrados no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, de sorte que as disposições específicas deste Guia sobre CTF/APP também devem ser seguidas. Vide (FTE-Categoria: Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações; Código: 5-2; Descrição: Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática).

4.9. Este estudo respeitará o princípio da padronização, garantindo que não serão utilizadas diversas soluções para resolver problemas similares de diferentes áreas dentro do Órgão.

4.10. A contratação almejada não está contemplada nos termos da Portaria SEGES/ME nº 938, de 02 de fevereiro de 2022, que instituiu o Catálogo Eletrônico de Padronização.

4.11. Os serviços a serem contratados se enquadram como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do Órgão ou da entidade.

## 5. Levantamento de Mercado

Ao analisar o escopo da presente aquisição, verificou-se que a alínea "b", item 1.8, Anexo II da Instrução Normativa nº 94, 2022 excluiu o serviço de plotagem do escopo das contratações consideradas TIC. O entendimento foi confirmado, com base na Portaria SGD/MGI nº 370/2023, Anexo I, item 3, alínea "c", que exclui do escopo da aquisição plotters e grandes formatos, do Modelo de Contratação de Serviços de Outsourcing de Impressão.

Apesar do acima exposto, esta equipe de planejamento entende que algumas orientações dos referidos modelos podem ser aproveitadas na elaboração do levantamento de mercado.

Conforme orientações contidas no inciso II art. 11º da INSTRUÇÃO NORMATIVA SGD/ME Nº 94, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022, foram consideradas, para levantamento das soluções, as práticas de mercado, observadas através de contratações anteriores e do modelo de contratações de TIC do governo federal instituído pela Portaria SGD/MGI nº 370, de 8 de março de 2023 e das soluções adotadas por outros órgãos e entidades da administração pública nas necessidades semelhantes, em especial:

- Ministério da Infraestrutura na contratação direta 90001/2025 Serviços de solução integrada de gerenciamento de impressão em grandes formatos (plotter);
- Câmara dos Deputados no pregão eletrônico 90007/2024 Prestação de serviços de impressão colorida em grandes formatos;
- Tribunal de Contas da União no pregão eletrônico Edital nº 90033/2025 Contratação de serviços de impressão com fornecimento de equipamentos e insumos, inclusive suporte on site;
- Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no pregão eletrônico nº 90002/2025;
- Ministério Público da União no pregão eletrônico nº 90040/2024;
- Justiça Federal de Primeira Instância no pregão eletrônico nº 90028/2024;
- Ministério da Infraestrutura / Coordenação Geral de Recursos Logísticos contratação direta nº 90001/2025.

A pesquisa levantada demonstrou a existência de 2 (duas) soluções capazes de atender o objeto da contratação: 1 - Contratação de outsourcing de impressão para grandes formatos e 2 - Compra de plotter para impressão em grandes formatos.

### 5.1. OUTSOURCING DE IMPRESSÃO EM GRANDES FORMATOS

A modalidade de outsourcing de impressão para grandes formatos envolve fornecimento de equipamento de impressão plotter e, necessariamente, serviços agregados, como manutenções preventivas e corretivas e suprimentos, a reposição de insumos/peças/suprimentos que garantem a disponibilidade ininterrupta da solução; a instalação de software de gerenciamento para monitoramento e tarifação /bilhetagem, entre outros.

A modalidade de outsourcing de impressão, aqui uma análise comum entre os dois formatos destacados no modelo( Com franquias e Híbrido) possui as seguintes vantagens: desoneração administrativa quanto à gestão patrimonial das impressoras e suprimentos, inclusive com redução de espaço físico para armazenar equipamentos fora de uso (destinados ao descarte); maior controle das impressões realizadas e maior capacidade de implementação de políticas de racionalização de gastos com impressões (possibilidade de auditoria); pagamento dos serviços prestados é realizado de forma proporcional ao uso dos equipamentos e serviços ao longo do contrato.

A modalidade outsourcing de impressão possui as seguintes desvantagens: Em locais remotos ou demasiadamente afastados dos centros urbanos, o modelo de outsourcing pode-se mostrar mais oneroso ou inviável em função da dificuldade de acesso ao local para prestação dos serviços inerente ao modelo; situações em que a demanda por impressão for extremamente baixa.

O modelo de outsourcing de impressão, conforme pesquisa realizada e as necessidades de negócio, em especial a necessidade de proximidade do equipamento em razão de eficiência, segurança da informação e da conveniência, compreende duas formas de prestação do serviço: Com franquias mensais e sem franquias mensais (híbrido):

a. A **Modalidade Franquia Mensal** consiste na fixação de um valor fixo que abrange o fornecimento do equipamento e uma quantidade mínima de metros quadrados de impressão, sendo cobrado o excedente quando ultrapassada a franquia.

a.1. A Modalidade Franquia Mensal apresenta as seguintes vantagens: foco maior na produtividade dos equipamentos; controle mais eficaz sobre a quantidade de equipamentos e metros quadrados de impressão; suporte, insumos e peças ficam por conta da contratada; em geral, é fácil obter preços públicos para pesquisa de preços; não há custo separado para locação de equipamento (mais flexibilidade); o valor fixo (franquia) já possui uma quantidade mínima de impressões associada; o valor do metro quadrado excedente é sempre inferior ao valor do metro quadrado da franquia (pois o custo básico do equipamento está embutido na franquia); e modalidade em que o valor pago é o que mais se aproxima do efetivamente realizado (por meio da compensação semestral).

a.2. A Modalidade Franquia Mensal possui as seguintes desvantagens: maior dificuldade de gestão dos metros quadrados de impressão, quando comparado com as demais modalidades; e pode ser mais complexo de planejar, em órgãos/entidades que **não possuam histórico de consumo anterior**.

b. A **Modalidade Híbrida** consiste na prestação dos serviços previstos de outsourcing de impressão considerando o pagamento fixo mensal por equipamento fornecido (incluindo os serviços agregados de manutenção, suporte e troca de insumos), além do pagamento por metro quadrado de impressão.

b.1. A Modalidade Híbrida possui as seguintes vantagens: maior facilidade de gestão dos metros quadrados de impressão, quando comparado com a modalidade franquia + excedente; em geral, é fácil obter preços públicos para pesquisa de preços; e suporte, insumos e peças ficam por conta da contratada.

b.2. A Modalidade Híbrida possui as seguintes desvantagens: falsa sensação de pagar apenas pelo que é impresso (desconsiderando o custo com a locação); ociosidade ou baixa produtividade dos equipamentos não são questionadas durante a execução do contrato; o custo fixo da locação equivale a uma franquia igual a zero; maior dificuldade em devolver equipamentos ociosos durante a gestão contratual; em geral se desconhece o real valor do metro quadrado de impressão; e o custo real do metro quadrado de impressão aumenta, ao se imprimir menos do que foi planejado.

## 5.2 COMPRA DE PLOTTER PARA IMPRESSÃO EM GRANDES FORMATOS

A modalidade compra de plotter compreende a aquisição definitiva do equipamento para impressão em grande formato.

Na segunda opção, apesar de presumida eficácia, deve-se considerar a ineficiência e sua antieconomicidade, uma vez que exige, durante o ciclo de vida do equipamento, diferentes contratações para manutenção e suporte, revelando-se indesejado foco em atividades acessórias, além das seguintes desvantagens: obsolescência e depreciação do equipamento; perda da economia de escala para a administração pública, se comparada aos fornecedores do serviço, na aquisição de suprimentos e acessórios; necessidade de se manter estoque de insumos /consumíveis; responsabilidade da administração pública pelo descarte adequado dos toners e cartuchos utilizados e, ao final da vida útil, o órgão fica encarregado por armazenar, descartar ou doar os equipamentos, peças e consumíveis.

Considerando o cenário exposto, esta equipe de planejamento da contratação conclui pela inviabilidade da opção 2 “Compra de plotter para impressão em grandes formatos”, prosseguindo com as análises de custos apenas para as opções consideradas viáveis.

## 5.3. QUADRO RESUMO DAS SOLUÇÕES:

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Outsourcing de Impressão em grandes formatos:  Formatos: a. Franquia Mensal b. Híbrido
2	Compra de Plotter para Impressão em Grandes Formatos

Análise comparativa das soluções baseada na identificação e comparação dos diferentes aspectos qualitativos em termos de benefícios ou obstáculos para o alcance dos objetivos da contratação:

Aspecto da Solução	Solução 1.a	Solução 1.b	Solução 2
Necessidade de ajuste da infraestrutura atual?	Não, a solução exige infraestrutura já existente na instituição.	Não, a solução exige infraestrutura já existente na instituição	Sim, a solução exige espaço para armazenamento de insumos e acessórios.
Necessidade de contratação de serviços adicionais correlatos ao objeto da contratação?	Não, os serviços correlatos compõem o objeto da solução.	Não, os serviços correlatos compõem o objeto da solução.	Sim, é necessária a contratação de serviços de manutenção e suprimento de consumíveis.
Maturidade do mercado na disponibilidade da solução:	Consolidado, trata-se de serviço padronizado no mercado.	Consolidado, trata-se de serviço padronizado no mercado.	Consolidado, trata-se de modelo de contratação comum ao mercado.
Encargos de implantação da solução:	Baixo, não há necessidade de ajustes nas instalações e capacitação de servidores.	Baixo, não há necessidade de ajustes nas instalações e capacitação de servidores.	Alto, há necessidade de espaço para armazenamento de peças e insumos, custos com contratações correlatas e necessidade de custear processos de logística reversa.

Análise comparativa quanto à eficácia, à eficiência e à economicidade das soluções:

Requisitos		Cenários		
		Solução 1.a	Solução 1.b	Solução 2
Negócio	Eficácia	Sim	Sim	Sim
	Eficiência	Sim	Sim	Não
	Economicidade	Sim	Sim	Não
Tecnológico	Segurança	Sim	Sim	Sim
	Adequação ao ambiente computacional	Sim	Sim	Sim
Resultado da Análise		Viável	Viável	Não viável

A solução 2 “Aquisição de plotter para impressão em grandes formatos”, apesar de presumida sua eficácia, torna-se ineficiente e antieconômica uma vez que exige, durante o ciclo de vida do equipamento, diferentes contratações para manutenção e suporte, revelando-se indesejado foco em atividades acessórias, além das seguintes desvantagens: obsolescência e depreciação do equipamento; perda da economia de escala para a administração pública, se comparada aos fornecedores do serviço, na aquisição de suprimentos e acessórios; necessidade de se manter estoque de insumos/consumíveis; responsabilidade da administração pública pelo descarte adequado dos toners e cartuchos utilizados e, ao final da vida útil, o órgão fica encarregado por armazenar, descartar ou doar os equipamentos, peças e consumíveis.

Considerando o cenário exposto, esta equipe de planejamento da contratação conclui pela inviabilidade da referida solução, “Compra de plotter para impressão em grandes formatos”, prosseguindo com as análises de custo apenas para as opções consideradas viáveis.

5.4. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS - TC

Cálculo dos custos totais de propriedade (TCO)

SOLUÇÃO 1.a

Solução Viável: 1.a Outsourcing de Impressão para Grandes Formatos com Franquia Mensal					
Ano -->					
Item	1	2	3	4	5
Franquia Mensal 115m²	R\$ 32.118,48	R\$ 32.118,48	R\$ 32.118,48	32.118,48	32.118,48
Consumo de papel	R\$ 2.207,72	R\$ 2.207,72	R\$ 2.207,72	2.207,72	2.207,72
Custo Total do Ano	R\$ 34.326,2	R\$ 34.326,2	R\$ 34.326,2	34.326,2	34.326,2
Valor Depreciado	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Custo Total de Propriedade da Solução Viável 1.a R\$ 171.631*					

Cálculo dos custos totais de propriedade (TCO)

SOLUÇÃO 1.b

Solução Viável: 1.b Outsourcing de Impressão para Grandes Formatos sem Franquia Mensal (Híbrido)					
Ano -->					
Item	1	2	3	4	5
Locação Plotter	R\$ 9.928,68	R\$ 9.928,68	R\$ 9.928,68	R\$ 9.928,68	R\$ 9.928,68
Impressão em m²	R\$ 13.813,80	R\$ 13.813,80	R\$ 13.813,80	R\$ 13.813,80	R\$ 13.813,80
Consumo papel	R\$ 2.207,72	R\$ 2.207,72	R\$ 2.207,72	2.207,72	2.207,72

Custo Total no Ano	R\$ 25.950,20	R\$ 25.950,20	R\$ 25.950,20	R\$ 25.950,20	R\$ 25.950,20
Valor depreciado	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Custo Total de Propriedade da Solução Viável 1.b R\$ 129.751,00					

5.5 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DO CUSTO COM PAPEL

Para realizar a estimativa de gasto com papel, foi utilizado o valor homologado de R\$ 79,99 da bobina de papel sulfite de 50 mts x 914mm (item 175 da ata) na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Processo Administrativo (NUP) nº 64411.002863/2024-48 PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 90015/2024 – UASG: 160022 do Comando do Exército - Ministério da Defesa. Considerando o consumo mensal estimado de 115m², temos:

FÓRMULA DO CÁLCULO:

Consumo anual estimado = 1380m²;

Bobina de papel sulfite = 50m²;

Consumo anual de papel = 1380m² /50m² = 27,6 bobinas de papel de 50m²;

Custo anual com papel = 27,6 \* 79,99 = 2.207,72.

5.6. METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DO CUSTO DA FRANQUIA DE 115m²:

O custo da franquia mensal de 115m² foi estimado a partir da pesquisa direta de preços junto aos fornecedores, conforme tabela que segue. Foi utilizada, como técnica de estimativa de preços, a média da série de preços obtidos na pesquisa direta.

Tabela Estimativa de Preço Formato com Franquia 115m² :



**PESQUISA DE PREÇO COM FORNECEDORES OUTSOURCING DE IMPRESSÃO COM FRANQUIA 115M<sup>2</sup>**

**QUADRO RESUMO DAS PROPOSTAS**

Item	Descrição	Fornecedor	Proposta		Média
			Mensal	Anual	
1	Outsourcing de impressão para grandes formatos com franquia de 115m <sup>2</sup> .	CHADA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R\$ 2.500,00	R\$ 30.000,00	R\$ 32.118,40
2	Outsourcing de impressão para grandes formatos com franquia de 115m <sup>2</sup> .	Microware Tecnologia de Informação Ltda	R\$ 3.969,60	R\$ 47.635,20	
3	Compõem o objeto de contratação: Locação de Plotter POLICROMÁTICA para Impressão COLORIDA em grandes formatos: A0, A1 e A3. Serviços correlatos: Instalação, configuração, treinamento para uso (Instrução de uso pelo prestador), manutenção, suporte e suprimentos, exceto papel.	KAIQUE COMÉRCIO E SERVIÇO,	R\$ 1.560,00	R\$ 18.720,00	

Tabela Estimativa de Preço Formato com Franquia 115m<sup>2</sup>

**5.7. METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DO CUSTO DOS ELEMENTOS QUE COMPÕEM O FORMATO HÍBRIDO:**

Os custos dos elementos que compõem o formato híbrido, que constam na tabela que segue, foram estimados com base nos preços praticados em contratações públicas semelhantes, obtidos através de pesquisa realizada no “Portal Nacional de Contratações Públicas” tendo como parâmetros quantitativos o dimensionamento da demanda de contratação discriminado no item 7 deste estudo preliminar. Foi utilizada, como técnica de estimativa de preços, a média da série de preços obtidos na pesquisa, conforme colunas “Preço Médio Plotter e Preço Médio M<sup>2</sup> de Impressão Colorida” da tabela que segue.

LEVANTAMENTO DE PREÇOS OUTSOURCING IMPRESSÃO EM GRANDES FORMATOS - FORMATO HÍBRIDO									
ESTIMATIVA DE PREÇOS BASEADA EM PESQUISA COM CONTRATAÇÕES SEMELHANTES REALIZADA NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - set/25									
Item	Órgão	n° Pregão	Elemento	Idetificação no Pregão	Preço Homologado / Contratado por Elemento	Vigência do Contrato	Preço Mensal Médio Plotter	Preço Médio M² de Impressão Colorida	Custo Médio Anual da contratação( Locação Plotter + Impressões Coloridas)
1	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Pregão Eletrônico N° 90002/2025; Item 01.	Locação Plotter Policromático para Impressão em Grandes Formatos	Item 1	R\$ 800,00	Vigência: de 03/04/2025 a 03/04/2030 / Contrato nº 00018/2025	R\$ 827,39	R\$ 10,01	R\$ 23.742,48
			Impressão policromática em m²	Item 2	R\$ 3,14				
2	MUNICIPIO DE ENTRE RIOS DO OESTE	Pregão Eletrônico N° 90005/2025; Item 01.	Locação Plotter Policromático para Impressão em Grandes Formatos	Item 1	R\$ 927,00	Data do resultado da homologação: 26/02/2025			
			Impressão policromática em m²	Item 2	R\$ 10,70				
3	MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA / COORD.GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS	Aviso de Contratação Direta nº 90001/2025	Locação Plotter Policromático para Impressão em Grandes Formatos	Item 1	R\$ 1.232,55	03/02/2025 a 03/02/2026			
			Impressão policromática em m²	Item 1	R\$ 14,21				
4	JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA	Pregão Eletrônico N° 90028/2024 (SRP) .	Locação Plotter Policromático para Impressão em Grandes Formatos	Item 4	R\$ 350,00	Aviso nº 90001/2025 / Vigência: de 03/02/2025 a 17/04/2024 a 17/04/2029 / Contrato nº 00009/2024			
5	MINISTERIO DA FAZENDA	Pregão Eletrônico N° Edital 90003/24	Impressão policromática em m²	Item 3	R\$ 12,00				

Tabela Estimativa de Preço Formato Híbrido

5.8. QUADRO COMPARATIVO DOS CUSTOS TOTAIS (TCO) DAS SOLUÇÕES VIÁVEIS

MAPA COMPARATIVO DE CUSTOS						
SOLUÇÃO /CENÁRIO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	CUSTOS TOTAIS
Solução 1.a Outsourcing com Franquia	R\$ 34.326,20	R\$ 34.326,20	R\$ 34.326,20	34.326,20	34.326,20	R\$ 171.631
Solução 1.b Outsourcing sem Franquia (Formato Híbrido)	R\$ 25.950,20	R\$ 25.950,20	R\$ 25.950,20	R\$ 25.950,20	R\$ 25.950,20	R\$ 129.751,00

Dentre as diferentes vantagens observadas na solução escolhida, outsourcing de impressão para grandes formatos no formato Híbrido, destacam-se como justificadoras, dentro da perspectiva técnica, a disponibilidade ininterrupta da solução, garantida através dos serviços correlatos de manutenção e ressuprimento; o aumento da eficiência do processo produtivo da DGC com a redução da dependência tecnológica;

Dentro da perspectiva econômica, redução de custos com gestão de diferentes contratos; eliminação dos custos de depreciação e desfazimento dos equipamentos e peças; aproveitamento do ganho de escala do prestador do serviço na aquisição de peças, acessórios e consumíveis, repassados no preço contratado; o menor custo estimado da contratação em comparação com as demais soluções avaliadas e, ainda, melhor resposta, maior economia, nas oscilações para baixo na demanda, considerando a ausência de histórico de consumo recente na instituição.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. Considerando as soluções prospectadas e as correspondentes análises qualitativas e quantitativas realizadas ao longo deste estudo técnico preliminar quanto à eficácia, à eficiência e à economicidade para o atendimento da necessidade justificadora da contratação, constata-se que, para contratação de solução de impressão em grandes formatos, a solução mais adequada é “Outsourcing de Impressão para Grandes Formatos no formato Híbrido (sem franquia)” devido às vantagens apresentadas pelo modelo como redução no número de contratos para garantir a disponibilidade da solução, extinção do risco de obsolescência e depreciação do equipamento, flexibilidade de substituição da solução e, ainda, em comparação ao modelo com franquia, a redução de custos e a maior facilidade de gestão dos metros quadrados de impressão.

6.2. Deve-se fornecer junto com o equipamento todos os acessórios necessários para seu funcionamento em ambiente interno, como cabos para o perfeito funcionamento da impressora, bandeja de materiais, suporte de impressoras e demais suprimentos.

6.3. Os equipamentos precisam ter recurso de contabilização de bilhetagem de impressão pelo próprio hardware, permitindo a comparação dos resultados obtidos pelo sistema de contabilização e aferição dos volumes efetivamente impressos e copiados, possibilitando a auditoria dos serviços.

6.4. O faturamento será realizado por impressora disponibilizada, conforme os termos estabelecidos pela contratação. O fornecimento do objeto deste estudo será prestado por meio de contrato de serviços de impressão e digitalização de grandes formatos, tipo plotter, com manutenção, suporte técnico, assistência, treinamento de servidores e fornecimento de todos os insumos necessários (*exceto papel*), para a impressão de documentos técnicos. O pagamento será fixo por equipamentos, além de variável por metro quadrado de impressão, na modalidade franquia híbrida, faturado por impressora disponibilizada.

6.5. O serviço objeto desta contratação enquadra-se na caracterização de serviço comum, conforme definição constante no inciso XIII, do art. 6º da Lei 14.133/21, uma vez que trata-se de serviços cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

6.6. Bens e serviços que compõem a solução:

6.6.1. Direito de usar o serviço objeto desta contratação.

6.6.2. Manutenção do serviço quando houver necessidade e suporte técnico da CONTRATADA, conforme descrição abaixo.

6.6.3. A CONTRATADA proverá serviços de suporte técnico na solução proposta com o atendimento para identificação e correção de falhas ou inconsistências detectadas nos serviços, inclusive nas suas configurações e parametrizações, também se aplica na prestação de informações necessárias ao esclarecimento de dúvidas, de forma a garantir o perfeito funcionamento e utilização dos hardwares e softwares, de acordo com o estabelecido nos manuais do fabricante do equipamento utilizado para o serviço.

6.6.4. O Suporte Técnico prestará atendimento para:

6.6.4.1. Auxiliar na instalação dos hardwares e softwares desenvolvidos pela fabricante do equipamento de impressão.

6.6.4.2. Apoiar na verificação do êxito ao licenciar os softwares fornecidos.

6.6.4.3. Auxiliar na identificação de problemas nos produtos.

6.6.4.4. Indicar procedimento mais adequado para atendimento aos problemas reportados.

6.6.4.5. Os serviços de suporte técnico serão prestados nos dias úteis, das 08:00 às 18:00 (horário de Brasília), mediante abertura de chamado pela CONTRATANTE, ou a quem ela designar, no sistema de suporte técnico fornecido pela CONTRATADA.

6.6.4.6. A CONTRATADA disponibilizará para download, durante o prazo de vigência contratual, todas as atualizações corretivas, evolutivas, de segurança e releases referentes ao software usado para impressão, sem quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE

6.6.5. Os atendimentos deverão ser prestados por técnico devidamente capacitado e qualificado para executar as atividades.

6.6.6. Os serviços deverão ser executados sem impacto na utilização do ambiente de TI do IBGE.

6.6.7. Os serviços de suporte técnico, manutenção e atualização deverão obedecer aos Níveis Mínimos de Serviço definidos no Termo de Referência.

6.7. A CONTRATADA deve tomar conhecimento da Política de Segurança da Informação e Comunicações no IBGE (POSIC) de modo a atuar em concordância com as práticas da Instituição. A POSIC é um documento público que pode ser consultado em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

6.8. Não será permitida a retirada de qualquer informação ou documento relativo à base de dados de conhecimento existente no IBGE, sob pena de ser considerada quebra de sigilo, com as consequências previstas neste Termo de Referência e no Contrato.

6.9. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica do IBGE.

6.10. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pelo IBGE. Caso não seja autorizada, é vedado à CONTRATADA adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela CONTRATANTE.

6.11. O sistema de contabilização e bilhetagem de impressão deverá permitir que:

6.11.1. a contabilização de todos os documentos impressos;

6.11.2. as informações de bilhetagem deverão residir no banco de dados e contemplar: Usuário que realizou a impressão; Impressora utilizada; Nome do documento impresso e extensão do arquivo que originou a impressão; Diferenciação entre documentos impressos; Número de páginas impressas; Data e hora da impressão; Custo da impressão (em reais);

6.11.3. Cancelamentos nas impressões devem ser refletidos nos dados da bilhetagem acima detalhada;

6.11.4. Permitir o estabelecimento de cotas limitadoras de utilização do sistema;

6.11.5. Permitir o bloqueio de trabalhos com um número de páginas acima de um limite configurável, apresentando um alerta predefinido para o usuário;

6.12. Quanto aos suprimentos de insumos e consumíveis, destaca-se:

6.12.1. A troca / abastecimento de suprimentos em todos os postos de serviço deverá ser proativa, de forma a evitar a paralisação de equipamentos por falta de insumos;

6.12.2. Os suprimentos a serem fornecidos pela CONTRATADA deverão:

6.12.2.1. Ser novos e de primeiro uso, não sendo aceitos produtos remanufaturados;

6.12.2.2. Ser originais e/ou homologados pelos fabricantes dos equipamentos;

6.12.2.3. Deverá ser mantida no local no mínimo uma unidade extra de suprimento de cada cor para cada equipamento instalado, visando garantir a disponibilidade ininterrupta dos serviços;

6.12.2.4. Em atendimento às diretrizes da legislação que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a CONTRATANTE exige que a CONTRATADA e os fabricantes dos equipamentos se responsabilizem pelo mecanismo de logística reversa. Este consiste em um conjunto de ações, procedimentos e meios para viabilizar a restituição dos resíduos para a CONTRATADA e, em seguida, para o fabricante.

#### Garantia e Manutenção

6.13. A contratada deverá prestar serviço de garantia e suporte durante toda a vigência do contrato.

6.14. Todos os componentes dos equipamentos deverão ser cobertos pela manutenção e assistência técnica da CONTRATADA, não sendo imputados à CONTRATANTE quaisquer ônus adicionais;

6.15. A CONTRATADA deverá disponibilizar através das duas formas abaixo para abertura de chamado técnico pela CONTRATANTE:

6.15.1. Através de sistema próprio, de forma eletrônico via internet. O sistema deverá informar o resumo do chamado contendo número, data, hora de abertura e objeto.

6.15.2. Através de telefone 0800, devendo o atendente informar o número do chamado no ato da abertura, e confirmá-lo com repasse ao e-mail ao solicitante.

6.16. O prazo para atendimento e solução do chamado contar-se-á a partir da data e hora de sua abertura;

6.17. O suporte técnico deverá ser prestado On-Site, no local de instalação dos equipamentos/sistemas;

6.18. Compete ao suporte técnico, no mínimo:

6.18.1. Resolver os incidentes reportados pela CONTRATANTE.

6.18.2. Prestar orientações e informações aos usuários quanto à utilização dos equipamentos e seus acessórios.

6.18.3. Prestar manutenção preventiva e corretiva, incluindo a substituição de peças, componentes e equipamentos, de forma a atender as condições de qualidade e eficiência necessárias ao atendimento das exigências previstas nesta especificação.

6.18.4. Instalar, desinstalar e remanejar os equipamentos quando solicitado pela CONTRATANTE.

6.18.5. Alterar as configurações padrões dos equipamentos ou softwares contidos no objeto desta especificação, por solicitação da CONTRATANTE.

6.18.6. Prestar informações técnicas à CONTRATANTE sobre funcionalidades disponíveis nos equipamentos e softwares objeto desta especificação.

6.18.7. Fornecer e homologar os drivers necessários ao correto funcionamento do serviço para os sistemas operacionais utilizados pela CONTRATANTE.

6.18.8. Manter a documentação atualizada dos equipamentos.

6.18.9. Quando solicitada pela CONTRATANTE a CONTRATADA deverá aplicar correções (patches, fixes ou novas versões) para corrigir bugs, problemas de software e aplicar atualizações.

6.18.10. No caso de inviabilidade técnica ou econômica do reparo do equipamento, facultar-se-á à CONTRATADA promover a sua substituição, em caráter definitivo, por outro com as mesmas características técnicas ou superiores e em perfeito estado de funcionamento, sem que isto implique ônus à CONTRATANTE.

6.18.11. O equipamento ofertado em substituição definitiva será admitido após avaliação técnica por representante da CONTRATANTE, quanto às condições de uso e compatibilidade.

6.18.12. No decorrer da vigência do contrato as eventuais alterações nos equipamentos deverão ser atendidas nos seguintes prazos.

6.18.12.1. Para instalação de novo equipamento: máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da solicitação pela CONTRATADA. A instalação só será considerada concluída após o correto funcionamento do equipamento na rede da CONTRATANTE, seguindo o processo aprovado de liberação e atualização do item de configuração no software de cadastro. Neste prazo já estão inclusas as tarefas sob responsabilidade da CONTRATANTE.

6.18.12.2. Para retirada: 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da solicitação pela CONTRATADA. A retirada só será considerada concluída após a remoção física do equipamento das dependências da CONTRATANTE, seguindo processo de desinstalação aprovado, e atualização do software de cadastro. Neste prazo já estão inclusas as tarefas sob responsabilidade da CONTRATANTE.

6.18.13. No decorrer da vigência do contrato, a CONTRATANTE poderá solicitar, sem ônus, a realocação de equipamentos e acessórios visando aperfeiçoar processos e adequar os serviços às suas reais necessidades. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 3 (três) dias úteis para remanejar os equipamentos. A mudança de localização somente será considerada concluída após o correto funcionamento do equipamento no novo local, seguindo o processo aprovado de remanejamento, e atualização do item de configuração no software de cadastro. Neste prazo já estão inclusas as tarefas sob responsabilidade da CONTRATANTE.

6.19. A CONTRATADA deverá executar, com pessoal especializado e de acordo com as boas técnicas, assumindo total responsabilidade, os serviços de instalação, configuração do hardware e do software, providenciando a adequação do ambiente para este fim, sob a orientação de analista técnico especialista em rede do IBGE.

6.20. O repasse de conhecimento ocorrerá através de orientações para uso à equipe técnica da CONTRATANTE conforme: Utilização e funcionalidades dos equipamentos e programas de monitoramento e gerenciamento, bilhetagem, contabilização, além de pequenas intervenções (substituição de consumíveis, pequenos testes de desempenho, problemas na alimentação de papel, etc).

6.21. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE a tais documentos.

6.22. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS IA e IB.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A presente sessão contém o registro do quantitativo estimado de bens e serviços necessários para a composição da solução a ser contratada, de forma detalhada, motivada e justificada, inclusive quanto à forma de cálculo. Busca-se também descrever os métodos, metodologia e técnicas de estimativas que foram utilizados, conforme determinação da Instrução Normativa SGD/ME Nº 94, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2022.

### 7.1 QUADRO DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS QUE COMPÕEM O OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Plotter Policromático para Impressão em Grandes Formatos (A0, A1 e A3).	Unidade	1
2	Estimativa de Impressões Mensais	m <sup>2</sup>	115

### 7.2. DESCRIÇÃO METODOLÓGICA:

7.2.1. Item 1: Considerando a estimativa de consumo mensal e a proximidade física dos setores demandantes, conclui-se pela necessidade de apenas 1(um) plotter.

7.2.2. Item 2: A estimativa de consumo mensal baseia-se na quantidade de produtos gráficos planejados para produção no ano referência e leva em consideração, ainda, o tamanho, em m², do formato de suporte de cada produto. O levantamento dos quantitativos que serviram de insumo para o cálculo da estimativa de consumo mensal foi coordenado pela Gerência de Infraestrutura e Suporte em Geomática (GINGEOM) através de planilha compartilhada com as demais coordenações da DGC (CCAR, CMA, CETE e CGEO) que ficaram responsáveis pelo dimensionamento no respectivo setor, apontando, para cada formato de papel, a quantidade prevista de impressões no ano. Uma vez compilados, esses dados, até então unidades de páginas em formatos A0, A1 e A3, foram convertidos em m² e dividido por 12 (doze) para chegar ao consumo mensal. A planilha de levantamento constará como anexo no processo da contratação.

7.2.3. Fórmula do cálculo:

Área em m² de cada formato: A0 = 1m²; A1=0,5m² A3=0,125m²;

Cálculo do consumo anual(CA): (qtA0\*1) + (qtA1\*0,5) + (qtA3\*0,125);

Cálculo do consumo mensal(CM): CA/12;

qt = Quantidade total

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 108.559,03

### 8.1 TABELA DE CUSTOS TOTAIS DA CONTRATAÇÃO

Viável: 1.b Outsourcing de Impressão para Grandes Formatos sem Franquia Mensal (Híbrido)					
Ano -->					
Item	1	2	3	4	5
Locação Plotter	R\$ 9.928,68	R\$ 9.928,68	R\$ 9.928,68	R\$ 9.928,68	R\$ 9.928,68
Locação Plotter atualizado IPCA	R\$ 10.752,76	R\$ 10.752,76	R\$ 10.752,76	R\$ 10.752,76	R\$ 10.752,76
Impressão em m²	R\$ 13.813,80	R\$ 13.813,80	R\$ 13.813,80	R\$ 13.813,80	R\$ 13.813,80
Impressão em m² atualizado IPCA	R\$ 14.960,34	R\$ 14.960,34	R\$ 14.960,34	R\$ 14.960,34	R\$ 14.960,34
Custo Total no Ano	R\$ 23.742,48	R\$ 23.742,48	R\$ 23.742,48	R\$ 23.742,48	R\$ 23.742,48

Custo Total no Ano atualizado IPCA	R\$ 25.713,10	R\$ 25.713,10	R\$ 25.713,10	R\$ 25.713,10	R\$ 25.713,10
Valor depreciado	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Custo Total de Propriedade da Solução Viável 1.b R\$ 118.712,40					
Custo Total de Propriedade da Solução Viável 1.b Atualizado pelo IPCA <sup>1</sup> R\$ 128.565,50					

8.2 ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO - IPCA

8.2.1 <sup>1</sup> O custo total da solução escolhida, que é fundamentado no preço médio das contratações públicas semelhantes anteriores e/ou vigentes, no intuito de contemporizar os valores com a realidade do mercado, foi atualizado pelo e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em jan/2026 (<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>), última publicação até a data de finalização deste estudo. Foi considerada, como início do interstício temporal de aplicação do índice, a data de homologação, de início de vigência do contrato ou da ata de preço mais antiga da série de contratações utilizadas como referência no levantamento dos custos deste planejamento. Seguindo esses parâmetros, a atualização se deu da seguinte forma:

8.2.2 Interstício Temporal: 17/04/2024 (Início de Vigência do contrato 90001/2024 Pregão eletrônico 90028/2024 MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS ) até janeiro de 2026 (mês final de levantamento da última publicação do índice). Aplicação do índice: abril/24 a jan/2026 8,13%.

8.2.3 A aplicação do e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA visa mitigar o risco de preços estimados fora da realidade do mercado, conforme previsto no mapa de gerenciamento de riscos da contratação " risco R-04 e ação preventiva P-02 ", reduzindo a probabilidade de prejuízo à contratação por falta de interessados e /ou propostas acima do limite de preço em razão do valor defasado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A decisão pelo não parcelamento, dentro da perspectiva técnica, justifica-se pela inviabilidade de fragmentação do objeto contratado que se compõem de equipamento mais serviços correlatos. Essa indivisibilidade do objeto é uma característica própria do modelo de serviço (outsourcing) sendo que o próprio preço do serviço depende, em parte, do custo específico, para o prestador, da gestão de seus próprios equipamentos, o que restaria prejudicado caso o serviço de manutenção e ressuprimento, afetos ao contrato, fossem desempenhados por outro prestador que não o proprietário dos equipamentos.

Dentro da perspectiva econômica, o não parcelamento justifica-se pela redução nos custos de gestão de diferentes processos de compras e contratos.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 33787094000140-0-000019/2026;



II) Data de publicação no PNCP: 06/05/2025;

III) Id do item no PCA: 48;

IV) Classe/Grupo: 732 - SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS;

V) Identificador da Futura Contratação: 114601-37/2026;

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Redução do tempo de produção das informações e produtos geocientíficos através da diminuição da dependência tecnológica de impressão em grandes formatos;

12.2. Aprimoramento do processo produtivo que passará a ter tecnologia de impressão para testes, revisões e correções, bem como para impressão de documentos, arquivos e mapas usados nas atividades de campo.

## 13. Providências a serem Adotadas

São providencias necessárias: ponto de rede e de energia elétrica para instalação e uso do Plotter; designar gestor e fiscais do contrato; indicar servidores para o treinamento de uso.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Dentre os possíveis impactos ambientais estão a eficiência energética, a compatibilidade eletromagnética e a geração de resíduos sólidos. Todos foram tratados nos requisitos da contratação, conforme orienta o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (2024), bem como a Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando o cenário de demanda exposto, que abrange tanto os requisitos de negócio quanto os requisitos técnicos, e considerando, ainda, que a análise da solução se baseou nas alternativas disponíveis no mercado e já em uso por outros órgãos e entidades da administração pública, conforme apontado neste estudo, conclui-se pela adequação e viabilidade da contratação, reconhecendo sua eficiência, eficácia, efetividade e economicidade enquanto solução para as necessidades fundamentadoras do corrente planejamento.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ALEXANDRE JOSE ALMEIDA TEIXEIRA**

Equipe de apoio



**ALINE STANGE**

Equipe de apoio

**ANNE ALUSKA FEITOSA BARBOSA DELLACQUA**

Equipe de apoio

**ROBERTO FERREIRA TAVARES**

Equipe de apoio

**RONALDO RUSSO MARCELINO**

Equipe de apoio

**TIAGO LUIZ BASTOS**

Equipe de apoio

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - LEVANTAMENTO DA METRAGEM DE IMPRESSÃO EM PLOTTER DGC 2025.pdf (74.44 KB)



Documento assinado eletronicamente por ALEXANDRE JOSE ALMEIDA TEIXEIRA, Gerente Nível I, em 8 de Maio de 2026, às 10:59:54, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 8424716757167684226 e o código CRC 6AF6407B.



Documento assinado eletronicamente por ALINE STANGE, Assessor Técnico Especializado, em 8 de Maio de 2026, às 11:14:26, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 4386912443601760294 e o código CRC 203511B6.



Documento assinado eletronicamente por ROBERTO FERREIRA TAVARES, Coordenador, em 8 de Maio de 2026, às 11:44:18, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 1133380850780192568 e o código CRC 7E25B99A.



Documento assinado eletronicamente por RONALDO RUSSO MARCELINO, Chefe de Setor Nível IV, em 8 de Maio de 2026, às 12:22:32, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 8446426218711435980 e o código CRC 940AD584.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE					
DGC/CGMAT/GINGEOM					
RESULTADO LEVANTAMENTO DE IMPRESSÃO EM PLOTTER EM m <sup>2</sup> 07/25					
FORMATO	A1	A0	A3		
ÁREA EM M <sup>2</sup> POR FORMATO	0.5	1.00	0.13		
CONSUMO ESTIMADO DE PÁGINAS POR FORMATO	960	739	210		
TOTAL DA METRAGEM NO FORMATO EM M <sup>2</sup>	480	738.96	26.25	TOTAL ANUAL EM M <sup>2</sup>	1245.21
				TOTAL MENSAL EM M <sup>2</sup>	103.77

LEVANTAMENTO DO CONSUMO, ESTIMADO EM M<sup>2</sup>, DE IMPRESSÕES EM GRANDES FORMATOS PARA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE PLOTTER.

DADOS EXTRAÍDOS DA PLANILHA DE LEVANTAMENTO DA GINGEOM " DEMANDAS\_PLOTAGEM\_DGC\_V5" CONSTRUÍDA COM A COLABORAÇÃO DAS COORDENAÇÕES DA DGC: CETE,CGEO,CCAR e CMA.

DATA DO LEVANTAMENTO DA DEMANDA: 1º SEMESTRE DE 2025

RESULTADO ATUALIZADO: CCAR, CMA e CETE (12/08/2025);



Contrato 10/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2026	114601-IBGE-FUN.INST.BRAS.GEOGRAFIA E ESTATISTICA	ROGERIO ARAUJO DA SILVA	25/05/2026 11:39 (v 0.2)
Status			
RASCUNHO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	37/2026	03602.000221/2025-53

CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE E .....

A FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, com sede na Av. Franklin Roosevelt, 146, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.787.094/0001-40, neste ato representado(a) pelo(a) [cargo e nome], nomeado(a) pela Portaria nº XX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 03602.000221/2025-53 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90.009/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de outsourcing de impressão para grandes formatos sem franquia mínima (formato híbrido), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	--------	-------------------	------------	----------------	-------------

<b>1</b>	Prestação de serviços de impressão - grande formato (A0, A1 e A3) - envolvendo equipamento (plotter para grandes formatos A0,A1 e A3) e suprimentos, exceto papel.	26832	Unidade	60		
<b>2</b>	M² de impressão colorida	26875	M²	6900		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **60 (sessenta) meses** contados da **data de assinatura do contrato**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos;

8.1.12. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22.. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no seguinte local: Estrada do Grotão, 85/ Prédio 1, Horto – Rio de Janeiro/RJ;
- 9.36. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição em caso de eventual necessidade de manutenção do equipamento.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

13.3. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente



público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Nenhum responsável informado.

## ANEXO V

### MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE

PREGÃO Nº ...../202X

(Processo Administrativo nº 03603.000012/2025-08)

EMPRESA:		CARIMBO OU Nº CNPJ				
ENDEREÇO:						
CEP:						
TEL:						
CEL:						
INSCRIÇÃO ESTADUAL:						
GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1					
	2					
2	3					
	4					
TOTAL						
IMPORTA A PRESENTE PROPOSTA NO VALOR DE: (valor por extenso)						
DECLARAMOS que os a proposta apresentada compreende todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e inteira submissão às condições estabelecidas no Edital do Pregão nº ...../202x.						
PRAZO DE EXECUÇÃO			VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias corridos.			
Conforme Edital						
GARANTIA			ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA:			
Conforme Edital						
LOCAL DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO						
Conforme Edital						
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO						
Conforme Edital			Rio de Janeiro/RJ, ____ de _____ de 202x.			

#### Dados Bancários da Empresa:

Banco: .....

Agência: .....

Conta: .....

Praça: .....

#### DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA FINS DE ASSINATURA DO CONTRATO:

Nome: .....

Cargo: .....

Telefone: .....

E-mail: .....



Documento assinado eletronicamente por CLAUDIA GOULART DE SIQUEIRA, Gerente Nível I, em 27 de Maio de 2026, às 08:56:12, horário de Brasília, com fundamento legal no § 3º do Art. 4º do Decreto Nº 10.543, de 13 de Novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://transparenciasda.ibge.gov.br/docs/validador.jsf> informando o código verificador 6449562015611073244 e o código CRC 7AE01BEF.